

Acordo Ulysses-Sarney: Presidente fica 5 anos

Decisão sobre regime será prioritária

A definição do sistema de governo do país entre parlamentarismo e presidencialismo deverá ser uma das questões preliminares a ser decidida pela Assembléia Constituinte. A previsão foi feita ontem pelo líder do Partido Liberal, deputado Adolpho Oliveira (RJ), fundamentando sua tese no fato de que "uma Constituição parlamentarista tem sua elaboração completamente diferente de uma Carta presidencialista".

— Para começar a Comissão de Organização dos Poderes e Sistemas de Governos da Constituinte deverá ter uma base de qual regime deve ser adotado para poder aprofundar o seu trabalho", explicou Adolpho Oliveira completando que após uma decisão neste sentido, as duas subcomissões encarregadas de discutir o melhor sistema de governo para o Brasil, presidencialismo ou parlamentarismo, deverão se fundir em apenas uma.

No início dos trabalhos da Constituinte, 63 por cento dos seus membros defendiam o parlamentarismo como melhor opção de governo. O assunto desperta grande interesse entre os parlamentares, tanto é que a Comissão de Organização dos Poderes e Sistemas de Governos é uma das mais disputadas pelos constituintes, depois da Comissão de Sistematização, que na prática será a responsável pela redação final da nova Constituição.

Além de definir o sistema de governo do país, a Comissão de Organização também poderá fixar o mandato do presidente Sarney, desde que haja um amplo acordo neste sentido, já que nenhum partido teria condições de levar avante, isoladamente, um projeto desta natureza. O mais provável, no entanto, é que a Comissão restrinja seu trabalho à manutenção ou não do sistema presidencialista deixando a questão do mandato presidencial para ser fixada nas disposições gerais e transitórias da Constituinte.

Prefeitos pedem 20% do FND aos municípios

Destinação de 20% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) aos municípios, com a distribuição sendo feita de acordo com a população de cada um deles; ampliação da cota do Fundo de Participação dos Municípios, de 17% para 20%; e criação imediata de um fundo de ressarcimento, para recompor os prejuízos que os municípios têm com a isenção do ICM nas exportações.

As propostas acima são da Frente Municipalista Brasileira e deverão constar do documento "O Município na Constituinte", que prefeitos e vereadores de todo o Brasil entregarão, no dia 25, ao presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães. A reunião dos prefeitos e vereadores com Ulysses Guimarães faz parte da programação do Encontro Nacional de Municípios pela Constituinte Municipalista e pela Reforma Tributária de Emergência, que será realizado nos dias 24 e 25, em Brasília, no Auditório Petrônio Portella do Congresso Nacional.

O Encontro — que já está sendo definido como a "Marcha dos Prefeitos e Vereadores a Brasília" — tem como objetivo pressionar o governo para que sejam adotadas medidas que melhorem a situação dos municípios, definida como "crítica, pior do que em 1982" pelo deputado Vasco Alves (PMDB-SP), vice-presidente da Frente Municipalista Brasileira.

Durante o Encontro — que contará com a presença do governador eleito de São Paulo e presidente da Frente, Orestes Quércia —, os prefeitos e vereadores pretendem entregar, também, ao presidente José Sarney o documento "Reforma Tributária de Emergência".

A luta pela implantação da reforma tributária de emergência é a principal bandeira da bancada municipalista na Constituinte, que trabalha em sintonia com a Frente Municipalista. Articulada pelos deputados Vasco Alves e Ana Maria Rattes (PMDB-RJ), a bancada é composta, atualmente, por cerca de 40 parlamentares de diversos partidos.

Estão sendo estudadas pela Frente e pela Bancada a distribuição dos recursos oriundos da arrecadação do Imposto Único sobre Minerais da seguinte forma: 10% para a União, 45% para os governos estaduais e 45% para os governos municipais.

Andrei Meireles

O presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães chegaram finalmente a um denominador comum em torno da duração do atual mandato presidencial — cinco anos. O acordo foi fechado ontem em uma longa conversa entre os dois, precedida de intensas negociações envolvendo ministros, governadores e parlamentares de diversos partidos. Em entrevista, Ulysses, pela primeira vez, defendeu como a melhor solução os cinco anos e criticou como "inconveniente" o mandato de quatro anos que sempre defendeu. Descartou também o de seis anos como "inusitado e evidentemente longo".

Desde o início da semana, Sarney está utilizando todos os canais disponíveis para viabilizar um entendimento político em torno de seu mandato. O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, foi escolhido como portador formal da mensagem ao partido. Na segunda-feira, num café da manhã no Palácio da Alvorada, recebeu o recado de Sarney e o transmitiu à cúpula do seu partido. A primeira reação foi negativa. Os deputados Carlos Santana e Prisco Vianna entraram no circuito, tentando superar as resistências. Ministros como Aluísio Alves e Antônio Carlos Magalhães também passaram a conversar com parlamentares, enquanto um canal direto do Planalto com os governadores eleitos removia obstáculos do PMDB.

Nos últimos dias, a

Pela via jurídica não há possibilidade

Pela via jurídica, não há rigorosamente como definir agora o mandato do presidente da República, pois o único caminho perfeito para isso — o chamado "projeto de decisão" — ficou inviabilizado pela redação final que esse dispositivo recebeu no regimento interno da Constituinte. O esclarecimento é do ex-deputado e constitucionalista João Gilberto, após observar que, de qualquer modo, um grande acordo político jamais encontra barreiras jurídicas.

O único caminho possível, portanto, segundo João Gilberto, seria esse

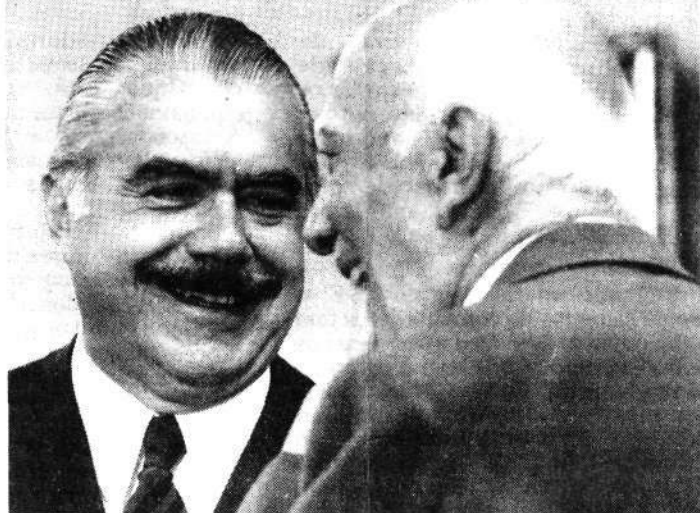
Falta apoio popular

"Mais preocupante" do que eleições consecutivas é a permanência no poder de um presidente da República "sem apoio popular". A afirmação é do vice-líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), referindo-se à avaliação do secretário de seu partido, deputado Saulo Queiroz (MS), de que a redução do mandato de Sarney para cinco anos resultaria "no inconveniente" de se ter três anos de eleições consecutivas, já que no ano que vem haverá disputa municipal e em 1990 eleições para governadores, Câmara e Senado.

Ao explicar porque considera que Sarney não teria apoio popular com um mandato "tão longo", Inocêncio argumentou que ele está cumprindo sua gestão "com muitas dificuldades" principalmente por ter sido vice de um presidente (Tancredo Neves) que "sensibilizou" muito a nação. Sarney, segundo Inocêncio, "pegou uma herança trágica" e, além do mais, as soluções que seu governo vem encontrando para a situação econômica "não têm sido muito eficazes".

— Como o povo vive de expectativas, é preciso acender uma esperança, promovendo logo eleições

Arquivo ANC 88
Pasta 12 a 20
março/87
046



Entendimento político entre Ulysses e Sarney

interlocutores de diversos partidos, Sarney tem dito que jamais defendeu a ideia do mandato de seis anos. Sua preferência sempre foi por cinco anos. Era o sinal verde para o entendimento após a ofensiva desencadeada pelo Planalto e pelo PFL na defesa dos seis anos, praticamente neutralizando a preferência de Ulysses e seus seguidores por quatro anos.

Sarney alega que sem um pacto político em torno de seu mandato perde força para negociar a dívida externa. E mais: atribui as indefinições internas e externas, que estariam transmitindo uma imagem de paralisia em seu governo, à insegurança e instabilidade provocadas pelo desconhecimento da duração de seu mandato.

Na entrevista à imprensa, Ulysses ressaltou que ainda não há consenso em torno dos cinco anos, "mas há uma inclinação neste sentido e me parece que é o que proporciona uma atuação no interesse público mais consentânea com o mandato presidencial". Ulysses confirmou que já está conversando e vai intensificar essas consultas na próxima semana.

— Terei de conversar ainda com o nosso partido e futuramente com o próprio presidente e também com todos os partidos, notadamente a Frente Liberal. Desde já, posso afirmar que um mandato de seis anos me parece evidentemente longo, inusitado como regra nos demais países democráticos.



"grande acordo político", mas ainda assim lhe parece pouco provável que ocorra, segundo frisou, por se tratar de tema com "alto grau de divergência". Mas ainda que ocorra essa definição prévia — prossegue — criaria um sério inconveniente, na

medida em que tornaria casuística a posterior discussão sobre a forma de poder a ser adotada no país.

— Quem defendesse o parlamentarismo nessa discussão — explica João Gilberto — seria acusado de assumir tal postura por estar querendo reduzir os poderes de um presidente com mandato já definido. E quem fosse presidencialista seria acusado de estar querendo fortalecer esse poder. Teríamos, portanto, um debate casuístico sobre um tema de relevância.

A definição do atual mandato através de emenda constitucional a ser submetida à Câmara e ao Senado também é uma hipótese absurda — ensina o jurista — porque isso equivaleria a que o Congresso definisse algo para valer na vigência de uma nova Constituição. Não é o princípio do "direito adquirido", invocado por muita gente, que inviabiliza esse caminho, explica, porque esse "direito adquirido" vale com a atual Constituição em vigor, mas o mandato se estenderia durante a vigência da nova Constituição, deixando portanto de ser "direito adquirido", já que estaria em vigor, obviamente, o que estivesse inserido na nova Carta.

"Como todos os caminhos jurídicos para resolver agora a questão foram inviabilizados" — observa João Gilberto — "a discussão fica mesmo para o final da Assembléia Nacional Constituinte, no capítulo referente às disposições transitórias". O assunto será debatido pela subcomissão do Poder Executivo e pela comissão de Organização dos Poderes e Sistemas de Governo, que redigem projeto a ser remetido em seguida à Comissão de Sistematização. A matéria segue depois para o plenário da Constituinte, para receber emendas, e em seguida volta à Comissão de Sistematização, para finalmente ser encaminhada à decisão de plenário.